

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Guilherme Messias de Carvalho Verff¹, Marinez de Carvalho²

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR), Toledo, Paraná, Brasil
(guiihh532@gmail.com)

²Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Santa Helena, Paraná, Brasil

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre a educação em tempos de globalização. Para manter intacta a estrutura do sistema capitalista o mundo passa por constantes mudanças nas áreas sociais, políticas e econômicas. Neste processo a globalização dissemina o projeto político-econômico neoliberal influenciando diretamente o papel do Estado frente às demandas da classe trabalhadora afetando diretamente a política de educação.

Palavras-chave: Educação. Globalização. Neoliberalismo. Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade globalizada regida pela lógica do capital, a política de educação, como todas as políticas públicas, sofre constantes influências dos movimentos políticos, sociais e econômicos que regulam as relações sociais em nível mundial. Para Mészáros (2008) o capitalismo o capitalismo se transforma continuamente e altera as relações sociais para manter sua hegemonia e superar suas crises. O sistema capitalista sempre se moveu em direção à “globalização” com objetivo de alcançar um sistema mundial, passando por cima de todos os obstáculos que pudessem impedir sua plena expansão.

A globalização do capitalismo atinge todos os âmbitos da sociedade, reconfigura as relações políticas, econômicas e sociais redefinindo constantemente o papel do Estado, em nível mundial e de acordo com os interesses dos detentores do poder, em cada conjuntura histórica. Neste contexto, a implementação do projeto político-econômico neoliberal, altera profundamente o papel do estado em relação às políticas públicas, bem como no que se refere a oferta e gerenciamento das políticas sociais no trato das questões sociais, pois almeja o Estado Mínimo para o social, com prioridade para o setor econômico. “Dessa forma, as políticas públicas que resultam da interferência do Estado na garantia do bem-estar social da população, traduzem-se em medidas assistencialistas e compensatórias, oriundas dos interesses de um mercado exploratório e economicista” (DRABACH; MIRANDA; MOUSQUER, 2006, p. 03).

O desmonte do estado pelas medidas neoliberais deixa resquícios nas políticas sociais e a percepção destas expressões no cotidiano de trabalho na área da

educação pública federal despertou o interesse em refletir sobre este tema.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como a globalização do capital sob a égide do ideário neoliberal, afeta a política de educação dos países periféricos como o Brasil.

Para atingir o objetivo pretende-se fazer uma breve discussão sobre a crise estrutural do capitalismo e a globalização do capital, em um segundo momento propõe-se refletir acerca da educação no mundo globalizado e a disseminação do seu projeto político-econômico neoliberal e suas influências na educação.

O procedimento adotado para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica. A análise do estudo será fundamentada na perspectiva histórico-crítica adotando como referencial o Método Dialético que tem base no Materialismo Histórico. Segundo KOSIC (1995) o método dialético é o pensamento crítico que vai além da aparência do objeto para compreender a realidade saindo do senso comum, de tal forma que o objeto seja aprendido em sua totalidade desvendando o mundo da aparência.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL

Para Mészáros (2008) o sistema capitalista passa por constantes crises desde sua origem, porém atingiu sua maturidade no século XX e o ápice de suas crises na década de 1970, a chamada Crise Estrutural do Capital, destacada pelo autor como sendo de proporções jamais vistas, de tal forma que coloca em risco até mesmo a sobrevivência da humanidade, não se trata de uma crise especulativa, financeira ou bancária, mas de uma



crise sistêmica, estrutural que afeta todas as esferas do modo de produção do capitalismo, pois a mesma esfera produtiva pode tornar-se destrutiva ao passo que se incentiva o consumo desregulado dos bens naturais para obtenção do lucro. Para responder às suas crises o capitalismo se transforma continuamente, incorpora novas formas de acumulação e altera as relações sociais para manter sua hegemonia na sociedade.

A base socioeconômica do capital é composta essencialmente por três dimensões fundamentais: o capital, o trabalho assalariado e as formações de Estado, os quais se inter-relacionam diretamente.

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sócio metabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 188-189).

As políticas sociais representam uma mediação do Estado nas relações sociais de exploração, onde a classe trabalhadora que produz a riqueza “também produz suas condições de sobrevivência através do salário que recebe e gera riquezas que são apropriadas pelos capitalistas” (FALEIROS, 1991, p. 33).

Neste sentido, as políticas sociais podem ser vistas como instrumento do Estado para evitar conflitos entre as classes, para manter a ordem e a força de trabalho preservando o processo de exploração capitalista. No entanto, as políticas sociais também são resultados das lutas de classe e representam as condições de vida e luta dos trabalhadores, ainda que atenda os interesses do capital.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS 1991, p.8).

Nesta mesma direção, Neto (2013 p. 04) ressalta que às políticas sociais são respostas às múltiplas expressões da “questão social” e surgiram a partir das mobilizações da classe trabalhadora e de certa forma elas se vinculam a ação capitalista de acumulação. A Questão social representa o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, “que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais

coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO 2008 p.27).

A crise econômica e estrutural, do sistema capitalista, movida por interesses de classes, uma minoria que detém o poder e forte interesse na manutenção deste modo de produção, passam a defender o projeto político-econômico neoliberal, com medidas que visam o estado mínimo para o social, tornando mais grave as crises nas áreas sociais e acirrando as diferenças entre as classes sociais, em nível mundial, reservando um futuro incerto e inseguro a classe trabalhadora, pois as políticas sociais de enfrentamento às expressões da questão social passam a ser apenas compensatórias.

O Estado, impossibilitado de superar as contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio, portanto –, administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela, estranhando-se cada vez mais em relação a ela. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA 2000, p.8).

Na lógica neoliberal o papel do Estado é redefinido conforme os interesses da classe dominante para superar suas crises que são intermináveis e recorrentes, uma vez que são próprias desta forma de organização social e a cada nova crise intensifica a exploração do capital sobre a classe trabalhadora, aumentando a desigualdade agravando as expressões ao reduzir o papel do Estado sob o discurso de superação das crises econômicas, deixando as demandas da classe trabalhadora em segundo plano.

E por fim, pode-se dizer que com a globalização os interesses desta classe dominante passam a ser representados pela proposta do Banco Mundial que oferece um pacote de medidas neoliberais, “sugerida” a todos os países. No entanto, aos países periféricos, como o Brasil por exemplo, a adesão é imposta como condição para a sua permanência no mercado, para o seu desenvolvimento econômico e das suas dívidas públicas. Com isso, “[...] o mercado continua a ser a instituição reguladora fundamental do sistema capitalista, não podendo ser ignorado nem substituído” (BRESEER PEREIRA, 1985, p. 13). Segundo Botelho (1998 p. 2) o “fim da guerra fria” significou o fim do bloco socialista liderado pela ex URSS e deu origem a “uma nova ordem econômica mundial, liderada pela supremacia dos EUA como potência “consolidada” no panorama mundial nos campos econômico, militar e cultural”, resultando na tão almejada globalização do capitalismo.

O ENDIVIDAMENTO PUBLICO E A INTRODUÇÃO DAS POLITICAS NEOLIBERAIS NOS PAÍSES PERIFÉRICOS



Para materializar e fortalecer o processo de globalização da economia o denominado bloco de poder composto pelos EUA e países aliados, criaram organismos econômicos como: o FMI e o Banco Mundial ou utilizaram-se de outros já existentes como a UNESCO e a UNICEF “com sentido de reorientar seus objetivos iniciais ou manipulá-los segundo o interesse dessa globalização” (BOTELHO, 1998, p. 2-3). Neste processo as economias, a cultura e a soberania nacional dos países periféricos passam a ser questionados e colocados a prova, liderada pelo bloco de poder que passará a impor a estes países “um processo de reorganização política, econômica e cultural, como supremacia de um capitalismo que parece ter alcançado em definitivo as dimensões de um mercado mundial” (BOTELHO, 1998, p. 3).

Nas últimas décadas ficaram mais evidentes as mudanças no modo de vestir, na alimentação, e na cultura dos países periféricos, em especial nos países latino-americanos, trata-se de mudanças sutis, mas contém, abrange métodos “capazes de operar rápidas e radicais transformações em todo o sistema econômico e sócio-cultural a nível mundial, como forma de fincar de vez os tentáculos do capitalismo e dominar, cultural, científica e tecnológica os países periféricos” (BOTELHO, 1998, p. 3).

Seguindo esta lógica de controle e manipulação dos países periféricos o bloco de poder também passa a estimular os países em desenvolvimento a adquirir empréstimos sob o discurso de controlar suas dívidas e melhorar as condições de vida da população, “todas as nações devem garantir vida digna à sua população. Por isso, elas são autorizadas a contrair dívidas, dentro de determinados limites e condições legais” (FATTORELLI, 2012, p. 27). Ironicamente o endividamento destes países são justificados como “necessárias” para organizar as contas públicas e garantir qualidade de vida da população. No entanto, estas dívidas públicas acarretam problemas para todos os setores da economia, os grandes empréstimos adquiridos pelos governos, em sua grande maioria corruptos, os quais empregam mal o dinheiro e não analisam a viabilidade e as condições de pagamento antes de adquiri-las leva ao aumento gradativo e gigantesco das dívidas, que se tornam em sua grande maioria praticamente impagáveis.

Com o endividamento estes países se tornam ainda mais dependentes e manipuláveis pelos países que compõem os blocos de poder garantindo ao Banco Mundial a garantia de que os países em periféricos vão “seguir as diretrizes econômicas que o Primeiro Mundo julga serem adequadas” (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 23).

Em uma sociedade onde estados, em sua maioria endividados, suas funções são constantemente redefinidas embasado no processo de ajustamento estrutural, as dívidas são utilizadas para justificar a

implementação de reformas neoliberais, “a crise do Estado não é mais nada do que o outro lado da mesma moeda da globalização” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 169).

Pena (2018, p. 01) esclarece que se torna visível o intervencionismo estrangeiro no Brasil após a sua inserção no mercado mundial e o endividamento do Estado, o que provocou mudanças em seu papel devido a exigências da chamada globalização gerida pelo bloco de poder. Desde sua colonização, o Brasil está inserido no processo de Globalização, porém, “somente a partir da década de 1990 que a Globalização passou a ter um maior impacto na economia brasileira” o que significou a adoção de um modelo econômico que visa à mínima intervenção do Estado na economia, denominado de Neoliberalismo, o que intensificou “o processo de privatizações das empresas estatais e a intensa abertura para o capital externo”.

O aumento do número de indústrias e companhias multinacionais em território brasileiro com o objetivo de expandir o mercado consumidor, ampliar o acesso às matérias-primas e buscar mão de obra barata culminando em novos empregos, esta relação contraditória resultou no “aumento da precarização do trabalho e da concentração de renda, sobretudo nos anos 1990 e início dos anos 2000” (PENA 2018, p.01). Nesta perspectiva, a serviço dos blocos de poder, o intervencionismo do Banco Mundial, na prática, se converteu em um instrumento para impor um modelo econômico de desenvolvimento que serve aos interesses dos países dominantes (HADDAD, 1995).

Ortiz (2014) ressalta que foco do Banco Mundial até os anos de 1960 estava no desenvolvimento econômico dos países, mas ao perceber que as estratégias desenvolvidas até então não foram suficientes para a solidificação do capitalismo, passou então a adotar estratégias político-ideológica unindo a preocupação com o desenvolvimento econômico e social as necessidades básicas humanas, interferindo diretamente nas políticas dos países em desenvolvimento, “passou a intensificar os investimentos em projetos para o setor social, com destaque nos setores da educação, da saúde e do desenvolvimento agrícola, considerados de grande importância”(ORTIZ, 2014, p.60).

Bortolotti (2015) explica que este processo se traduz no seguinte discurso: para pagar suas dívidas os países precisam reduzir as despesas de governo ao ponto de deixá-las menores do que sua receita, tornando obrigatório economizar, para atingir o chamado “superávit primário”, ou seja, para superar a crise econômica é preciso ter “disciplina fiscal”, será preciso reduzir os gastos com políticas públicas, atingindo principalmente as políticas sociais como: saúde, educação, segurança, infraestrutura e benefícios sociais. Assim, os donos dos títulos da



“dívida pública” acabam sendo os senhores do destino dos países (BORTOLOTTI, 2015, p. 01).

O discurso adotado passou conferir a educação e a saúde o caráter essencial para a redução da pobreza e para estimular o desenvolvimento econômico e social. “É neste contexto que o Banco passa a atuar, de fato na Educação” (LEHER, 1998, p. 122), com a reconfiguração das formas de financiamento público, os projetos de empréstimos são convertidos em multi-projetos que findam em programas integrados, organizados em áreas setoriais, sendo a educação uma delas, o assustador é que as autoridades internacionais pautados em suas avaliações, “estabelecem o receituário da crise social e econômica, recaindo sobre a política educacional ou a educação o peso do “remédio” possível” (DEITOS 2012, p. 37).

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMOS

Segundo Botelho (1998, p. 02) a transição do liberalismo para o neoliberalismo impulsionou a globalização da economia e por conseguinte a redução do papel do Estado na esfera social através da transferência de uma parcela da responsabilidade social para a sociedade civil; privatizações no setor público; e imposições no setor da produção/trabalho com “exigências básicas como flexibilidade, trabalho de equipe, produtividade e competência” que passam a compor o cenário produtivo e a formação social. Isto posto, recai sobre a Educação a responsabilidade da produção de conhecimento necessário para formar o trabalhador “padrão” exigido pelo mercado. “Estes no afã de igualar-se aos países promotores do “desenvolvimento” buscam a custa de certos “atropelos” educacionais e culturais, impor a seus povos a cultura e a educação que interessa aos países centrais” (BOTELHO 1998, p. 02).

Um conjunto de medidas neoliberais passam a ser impostas aos países periféricos para implantação na política educacional, com o intuito de influenciar ideologicamente a educação, que deve ser moldada conforme a lógica de mercado, conforme os interesses dos países economicamente hegemônicos como os EUA e trazidas por um conjunto de grandes organismos multilaterais como a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; O BM - Banco Mundial; a OMC Organização Mundial do Comércio e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, nesta lógica os processos formativos deve ser focados na competitividade, na formação de habilidades e competências específicas e na individualização. “Esta ideologia condensa relações de domínio da potência hegemônica sobre frações aliadas nos países industrializados avançados e, principalmente, sobre os agora denominados países em desenvolvimento (LEHER (1998, p. 50).

O discurso neoliberal que representa antes de tudo os interesses da classe dominante, e defende a redução dos gastos com políticas sociais, como educação, por exemplo, prega-se que para o bom andamento do Estado é preciso empoderar a comunidade local e a sociedade civil que deve atuar mais de perto nas sequelas da questão social, são exemplo disso: a descentralização das políticas sociais para os municípios, a parceria com a sociedade civil e investimento público na esfera privada, o que deixa nítido a relação de dominação do capital sobre as relações sociais.

A mídia contribui no sentido de convencer a população de que o corte de gastos com políticas sociais essenciais como educação são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país e desta forma são benéficas para a sociedade como um todo, pois com a superação das crises econômicas acontecerá automaticamente melhorias no campo social, nesta perspectiva aceitam pacificamente as reformas que reduzem ou retiram direitos no setor trabalhista, previdenciário, redução de gastos com políticas sociais como saúde, educação, assistência social, bem como privatizações, terceirização.

O interessante disso tudo é o cinismo da mídia ao afirmar que uma empresa privada que visa o lucro oferecerá melhores serviços com preços mais baixos à sociedade, de que tudo que é público é oneroso e não tem qualidade e que melhor solução é a privatização. O mais impressionante é que ela consegue convencer grande parte da população que não só acredita, como defende esta ideia, e isso é bom para o capital que atinge o seu objetivo de recuperar a lucratividade em nível mundial, manter sua hegemonia e ainda evita conflito de classes.

A política de Educação se insere no cenário da globalização do capital e se articula ao projeto societário vigente, mediado por interesses contraditórios e antagônicos gerando conflitos entre as classes. Historicamente, existe uma relação estreita entre a educação e a “consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade” (SAVIANI, 1991, p.55).

Trata-se de uma política pública que se caracteriza como uma das principais intervenções do Estado, motivo pelo qual desperta o interesse do capital (em nível mundial os denominados blocos de poder), pois o processo educativo influencia diretamente na formação da força de trabalho e dos comportamentos sociais, ambos indispensável para manter ou para superar o modelo social e econômico vigente, ou seja, e necessária para formar a mão de obra para o capital e ao mesmo tempo fortalece criticamente a classe trabalhadora por meio do conhecimento representando uma “ameaça” ao próprio sistema capitalista, por isto



requer um certo controle, aos olhos do capital. A educação que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

O “discurso neoliberal” colava sobre a educação o peso da responsabilidade pela transformação social e superação dos problemas sociais ou do fracasso de uma nação, como se ela fosse a solução de todos os problemas de um país. Ironicamente, reduz-se o investimento em educação, opera-se reformas educacionais sem mexer na estrutura do capitalismo, busca-se atender os interesses de mercado em detrimento de seus objetivos transformação social e emancipação humana. A política educacional neoliberal tem como foco principal a universalização da escolarização obrigatória, na expansão do ensino médio e no aumento de sua participação do Estado nos programas de formação profissional, tendo como posterioridade à formação do trabalho simples.

A política de Educação no sistema capitalismo representa uma das principais intervenções do estado a serviço do capital para a manutenção da classe trabalhadora, pois as políticas neoliberais deixam claro a “diferenciação da educação ou formação humana às classes dirigentes e à classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 1995, p.32). As e destinado o privilégio de uma formação completa e ampla, a classe trabalhadora são designadas à aprendizagem de saberes básicos, indispensáveis a desenvolver o trabalho requerido pelo mercado.

No mundo globalizado contraditoriamente, aumenta-se a produção de riquezas; o acesso à informação e a formação de mão de obra a disposição do mercado. Porém o acesso à riqueza socialmente produzida e ao conhecimento fica restrito a uma minoria representada pela classe dominante, o mercado produz mais, no entanto aumenta as desigualdades sociais, pois uma parcela da classe trabalhadora não consegue suprir sequer suas necessidades básicas como: alimentação, moradia, educação e tornam-se miseráveis e são abandonados à própria sorte em uma sociedade capitalista cada vez mais injusta e desigual.

Infelizmente o “processo de globalização da economia avança de forma certa e voraz sobre os sistemas de ensino público” dos países periféricos com o intuito de enfraquecer o ensino público e fortalecer o ensino privado, por meio de subsídios oferecidos pelos próprios governos e de altos investimentos em publicidade e propaganda para que a população aceite está a privatização como sendo a melhor opção. “Os países serão considerados clientes e a educação passará a ser vendida como uma mercadoria, a ser escolhida pelos consumidores segundo as suas

possibilidades e necessidades” (NETO; CASTRO, 2005, p. 11).

O Banco Mundial a serviço dos blocos de poder disponibiliza especialistas para assessorar as reformas educacionais nos países periféricos o que representa uma grande interferência externa que passa a monitorar o cotidiano escolar, além disso, as reformas visam à venda de serviços, recomendados como as melhores experiências educacionais. Desta forma os países passam a ser “considerados clientes e a educação passará a ser vendida como uma mercadoria, a ser escolhida pelos consumidores segundo as suas possibilidades e necessidades” (NETO; CASTRO, 2005, p. 11).

Analisando a trajetória da política de educação no Brasil e o seu reconhecimento enquanto direito garantido constitucionalmente, observa-se momentos de avanços e de retrocessos, é inegável que a constituição federal de 1988 representou um marco legal no campo dos direitos sociais de forma geral, porém com a globalização a educação brasileira toma novos rumos. Por conseguinte, fica evidente seus impactos na educação pública brasileira, a qual passa por constantes mudanças para se adequar às exigências postas pelo sistema capitalista globalizado.

Pode-se dizer que está evidente que o capital se utiliza da educação como elemento estratégico de manutenção do sistema e da ordem social vigente, pois uma política pública de educação, de “caráter mais amplo que possa significar a possibilidade de se ter na avaliação um processo democrático e emancipatório, tendo a legislação e as orientações estabelecidas dado muito mais um caráter somativo e regulador” (PERONI, 2003a p. 14).

Na lógica neoliberal “a educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, passa a ter como finalidade difundir, sedimentar [...] a cultura empresarial”. A educação escolar passa a ter o propósito de contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresarial, “em especial nos setores monopolistas da economia, principais difusoras, em âmbito nacional, do novo paradigma produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal” (NEVES, 2007. p. 212).

Na Educação são exemplos de precarização da educação pública por meio da transferência de renda pública para o setor privado por meio de programas como: PRONATEC, PROUNI, FIES, SISTEMA S., entre outros; com a descentralização da educação ocorre também a responsabilização dos gestores em detrimento da responsabilidade dos entes federados; e em relação a parceria com a sociedade civil podemos citar o programa “Amigo da Escola”. Assim como as demais políticas sociais garantidas constitucionalmente a Educação sofre as



consequências e pressões, da medida neoliberais impostas aos países periféricos, principalmente porque ela além de influenciar no desenvolvimento econômico e social e na manutenção da ordem social vigente ela pode formar cidadãos críticos que não aceitem e venha a questionar tais imposições.

Isto posto, coloca-se o desafio das políticas públicas, em especial a Educação, em atender aos ditames da constituição federal, levando em consideração a sua importância para o avanço do conhecimento não apenas no campo técnico e tecnológico, mas também, disponibilizar a classe trabalhadora o acesso ao conhecimento crítico capaz de preparar cidadãos preparados para compreender as relações sociais no capitalismo, reconhecendo-se sua classe social trabalhadora, capaz de lutar coletivamente por uma nova ordem social, com menos desigualdades sociais e sem exploração de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que em tempos de globalização do capitalismo os blocos de poder que representam o próprio “capital” incentivam o endividamento dos países periféricos para posteriormente manipulá-los, para disseminar suas ideologias, para isto a Educação é adotada como uma das estratégias para controlar as relações sociais e manter a hegemonia do capital, buscam controlar o processo educativo dos países periféricos para garantir a formação da força de trabalho necessárias ao mercado e a manutenção do lucro.

No entanto, nem sempre a educação contribui apenas para a formação da força de trabalho, pois ela pode contribuir também para a formação dos comportamentos sociais, indispensável para manter e ou superar o modelo social e econômico vigente, por isso aos olhos do capital a educação requer um certo controle, pois representar uma “ameaça” ao próprio sistema capitalista, por este motivo a educação é ofertada de forma diferenciada de uma classe para a outra, uma educação do conhecimento para a classe dominante e para a classe trabalhadora a formadora de mão de obra para o mercado.

Nota-se que com o processo de globalização entra em cena as contrarreformas sob a égide do neoliberalismo onde o Estado se põe a serviço dos interesses do capital, ofertando políticas sociais compensatórias e fragmentadas controlados por organismos internacionais comandados pelos blocos de poder. Pois do ponto de vista neoliberal o papel do estado deve ser mínimo para o social, ou seja, deve oferecer o mínimo, o estritamente necessário para garantir a ordem social e manter a força de trabalho. No entanto, este processo não é noutra, envolve lutas e resistência por parte da classe trabalhadora, nem todos aceitam pacificamente o que posto pelo capital.

A globalização e o pacote de medidas neoliberais influenciam fortemente a educação no Brasil o que requer profissionais de educação com a capacidade crítica para lidar com todas essas transformações e lutar juntamente com a classe trabalhadora por uma sociedade menos desigual, não alienada e pela garantia de uma educação de qualidade capaz de transformar os indivíduos em pessoas emancipadas e capacitadas para que possam se reconhecer enquanto classe trabalhadora e se fortalecer para lutar de forma conjunta pela superação desta ordem social vigente manipuladora, desigual, desumana e exploradora.

Existe uma parcela da sociedade que se organiza e luta por uma nova ordem social e no campo educacional atua na perspectiva transformadora da educação e dos alunos envolvidos utilizando o espaço escolar como instrumento para a formação integral do ser humano dotado de uma concepção crítica da sociedade, capaz de desvelar suas contradições e abrir possibilidades de luta e de se reconhecer enquanto classe trabalhadora, como um ser social dotado de direitos que entendem a necessidade das políticas sociais como um direitos inerentes à pessoa humana e indispensável enquanto perdurar o sistema capitalista que é desigual por natureza.

Finalmente, como diz Mészáros (2002 p. 16) “é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema”, é nessa perspectiva, ainda que dentro deste sistema, que enquanto brasileiros, classe trabalhadora, profissionais atuantes na política de educação devemos lutar juntamente com a sociedade por um ensino público de qualidade acessível a todos, no sentido de contribuir para consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária e para a construção das bases necessárias para a superação do capitalismo e emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, José Maria Leite. O processo de globalização e suas implicações nas implicações na educação, 1988, disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/13josemaria_oprocessodeglobalizacaoesuasimplicacoes.pdf. Acesso em 15 de ago. 2018.

BORTOLOTTI, Plínio. Dívida pública: Escravos de uma fatura impagável. Reprodução da coluna “Menu Político”, caderno “People”, edição de 23/8/2015 do O POVO. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/pliniobortolotti/2015/08/22/divida-publica-eslavos-de-uma-fatura-impagavel/>. Acesso em 16 de ago. 2018

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Teoria do Desenvolvimento Econômico e a Crise de Identidade do Banco Mundial. Revista de Economia Política, v. 15, n. 1 (57), janeiro-março, 1995.



_____. Crise Econômica e Reforma no Brasil: Para uma Nova Interposição da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.

DEITOS, Roberto Antonio. O liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro (1995-2002). In: Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação. UFSC. Florianópolis, SC: Editora da UFSC: NUP/CED, v. 30, n. 1, p. 199-229, jan./abr; 2012.

_____. A reforma do Estado e a política educacional no Brasil: o (neo)liberalismo nas reformas educacionais nacionais (1995-2002) Tese de Doutorado intitulada: O capital financeiro e a educação no Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, defendida em fevereiro de 2005, na Faculdade de Educação da UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Roberto%20antonio%20deitos.pdf> Acesso em 29 de ago.2018

DRABACH, Pedrotti Drabach; Miranda, Pergher Miranda; Mousquer, Maria Elizabete Londero. (2006). Globalização e Educação: como ficam as políticas educacionais? In: II Seminário Nacional de Filosofia e Educação - Confluências, Santa Maria - RS. Confluências - Cultura e Alteridade. Santa Maria - RS: FACOS - UFSM, p. 1-12. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/012e5.pdf>>. Acesso em 21 de ago.2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida. Caderno de Estudos: a Dívida Pública em Debate. Brasília: Inove Editora, 2012. Disponível em:<www.auditoriacidadada.org.br> Acesso em 21 de ago.2018.

FRIGOTTO, GAUDENCIO. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995

HADDAD, S. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais no Brasil. In: VIANA, A. (Org.). As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil. Brasília: Rede Brasil, 1995.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

LEHER, R. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. (Tradução Isa Tavares). São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

_____. Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: Revista Novos Rumos. v. 50, n. 1 (2013). Marília/SP, UNESP, 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso 02 de set. 2017.

NEVES, Lúcia. Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, José; SANFELICE, José (Org.). Liberalismo e educação em debate. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. p. 205-224.

ORTIZ, Karen Bettina Ikeda de. As políticas do Banco Mundial e a educação da mulher trabalhadora. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110473/000794071.pdf;jsessionid=27266A243223212E5C87382BC2538740?sequence=1>> Acesso em 29 de ago.2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. Globalização no Brasil. Publicado em: Geografia Humana do Brasil. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/globalizacao-no-brasil.htm>> Acesso em: 22 de ago.2018.

PERONI, V. M. V. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.